



CURSOS ONLINE  
2º SIMULADO  
**JUIZ TJRS**



## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso do TJ-RS;
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa dos editais dos últimos concursos.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil dos concursos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

### PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RS-Juiz-01-03-20>

Cartão de Respostas							
1		21		41		61	81
2		22		42		62	82
3		23		43		63	83
4		24		44		64	84
5		25		45		65	85
6		26		46		66	86
7		27		47		67	87
8		28		48		68	88
9		29		49		69	89
10		30		50		70	90
11		31		51		71	91
12		32		52		72	92
13		33		53		73	93
14		34		54		74	94
15		35		55		75	95
16		36		56		76	96
17		37		57		77	97
18		38		58		78	98
19		39		59		79	99
20		40		60		80	100

**PROVA OBJETIVA****Português****Folia agigantada****Diante do maior Carnaval de sua história,  
São Paulo precisa cuidar da organização**

São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história. Pela primeira vez, a cidade, que já foi apelidada de “túmulos do samba”, terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras.

Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita. Os números são preliminares, mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas – o aumento previsto é de 70%.

Novas atrações também animarão a festa, como o famoso Galo da Madrugada, de Pernambuco.

Levantamentos preliminares sugerem que a capital paulista poderá ser o principal destino turístico do país durante os festejos, suplantando Rio de Janeiro e Salvador. Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc.

No cenário animador, um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura, que tem em seus membros um carnavalesco conhecido – o secretário de Cultura, Alê Youssef, fundador do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta.

Youssef, que representa uma face mais progressista do governo municipal, vê no Carnaval também um meio de manifestação política – que, aliás, se potencializa em ano eleitoral. O secretário já declarou que pretende fazer com que a festa seja um contraponto a ameaças à liberdade de expressão.

A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades. No Rio, por exemplo, os blocos começaram a reconquistar as ruas a partir da primeira década do século. O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa.

Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido, as áreas protegidas ocupadas por blocos não autorizados e o excesso de barulho.

A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos. Ao longo de 37 reuniões, os trajetos passaram pelo crivo de diversos órgãos, como CET, SPTrans (responsável pelos ônibus), polícia e GCM (Guarda Civil Metropolitana). Medidas em outras áreas também foram anunciadas.

Cabe às autoridades, agora, fazer com que a propalada reorganização saia do papel e garanta à cidade e a seus moradores um padrão aceitável de funcionamento.

<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2020/02/fofia-agigantada.shtml?origin=folha>

**01. É incorreto** afirmar sobre o texto:

- a) Há uma expectativa de aumento dos participantes no carnaval de rua e na folia de blocos em São Paulo neste ano.
- b) São Paulo contará com participações nacionalmente conhecidas, com várias atrações do carnaval de Pernambuco.
- c) Segundo pesquisas, o carnaval Paulista deve ser o principal destino turístico do país durante os festejos.
- d) A cada ano, o carnaval de rua vem aumentando em diversas cidades, como no Rio de Janeiro.
- e) As cidades apresentam dificuldades quanto à infraestrutura, como, por exemplo, a pouca quantidade relativa de número de banheiros disponíveis à população.

**02. Assinale a opção em que o termo entre parênteses NÃO corresponde ao significado da expressão sublinhada.**

- a) “mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas” – 2º parágrafo (conjunção adversativa)
- b) “Levantamentos preliminares sugerem que a capital paulista poderá ser o principal destino turístico do país durante os festejos, suplantando Rio de Janeiro e Salvador” – 4º parágrafo (conjunção integrante)

**2º Simulado TJ-RS - Juiz – 01/03/20**

c) “No cenário animador, um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura” – 5º parágrafo (adjunto adverbial)

d) “O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa” – 7º parágrafo (conjunção aditiva)

e) “A Prefeitura de São Paulo afirma que reestruturou o planejamento do evento com vistas a diminuir os transtornos” – 9º parágrafo (pronomes relativos)

**03.** Assinale o trecho do texto que vai de encontro ao crescimento do carnaval de rua:

a) “a cidade, que já foi apelidada de “túmulo do samba”, terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras”

b) “Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita”

c) “Levantamentos preliminares sugerem que a capital paulista poderá ser o principal destino turístico do país”

d) “projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc.”

e) “a insuficiência de banheiros públicos, o aumento de furtos, o trânsito interrompido”

**04.** Assinale a opção em que o termo destacado NÃO pode ser substituído pelo que está entre parênteses, sem alteração de sentido e respeitando a norma padrão da língua portuguesa.

a) “São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história. Pela primeira vez, a cidade, que já foi apelidada de ‘túmulo do samba’” – 1º parágrafo (**a qual**).

b) “Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita. Os números são preliminares, mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas.” – 2º parágrafo (**porém**).

c) “Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc.” – 4º parágrafo (**Dessa forma**)

d) “A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades.” – 7º parágrafo (**no qual**).

e) Com o tempo, contudo, a outra face do crescimento da folia foi-se mostrando problemática – 8º parágrafo ( **todavia**).

**05.** Assinale a opção em que se cometeu erro na análise da função sintática concernente às orações destacadas

a) São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história. (sujeito)

b) Pela primeira vez, a cidade, que já foi apelidada de “túmulo do samba”, terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras. (oração adjetiva restritiva)

c) Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita. (verbo transitivo direto)

d) Os números são preliminares, mas as 490 agremiações do ano passado deverão ser largamente suplantadas. (predicativo do sujeito)

e) – o aumento previsto é de 70%. (adjunto adnominal)

**06.** Assinale a opção em que a palavra sublinhada pertence a uma classe gramatical diferente das demais.

a) Também em número de blocos, a folia promete expansão inédita.

b) Novas atrações também animarão a festa, como o famoso Galo da Madrugada, de Pernambuco.

c) Youssef, que representa uma face mais progressista do governo municipal, vê no Carnaval também um meio de manifestação política —

d) A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades.

e) O retorno do que seria um tipo mais autêntico de comemoração provocou simpatias e elogios da população e de cronistas da festa.

**07.** Marque a alternativa em que a palavra “que” não esteja sendo empregada como recurso anafórico.

a) São Paulo prepara-se para ser palco do maior Carnaval de rua de sua história. Pela primeira vez, a cidade, que já foi apelidada de “túmulo do samba”, terá desfiles em todas as suas 32 subprefeituras. (1º parágrafo)

b) Levantamentos preliminares sugerem que a capital paulista poderá ser o principal destino turístico do país durante os festejos, suplantando Rio de Janeiro e Salvador.

c) No cenário animador, um certo clima de ufanismo parece contagiar quadros da prefeitura, que tem em seus membros um carnavalesco conhecido —o secretário de Cultura, Alê Youssef.

d) Youssef, que representa uma face mais progressista do governo municipal, vê no Carnaval também um meio de manifestação política —que, aliás, se potencializa em ano eleitoral.

e) A expansão do Carnaval de rua é um fenômeno que se observa há anos em diversas cidades.

**08.** A organização discursiva passa pela escolha adequada dos tempos verbais. As formas verbais “sugerem” (4º parágrafo) e “parece” (5º parágrafo) indicam:

a) uma ação simultânea que aconteceu num tempo passado.

b) uma ação que ocorreu antes de outra ação passada.

c) uma ação ocorrida no passado, porém não foi completamente concluída.

d) uma ação já concluída, tendo o seu início e o seu fim no passado.

e) uma ação que ocorre simultaneamente à fala.

**09.** Marque a alternativa que apresenta a mesma regra de acentuação das palavras do texto “insuficiência”, “política” e “está”, respectivamente.

a) “história”, “único”, “vários”

b) “últimos”, “vários”, “também”

c) “contrários”, “chácara”, “porém”

d) “providência”, “espécie”, “já”

e) “vários”, “contrários”, “secretário”

**10.** Leia o trecho abaixo, julgue as afirmações e marque a alternativa correta:

*“Com isso, projeta-se aumento da circulação de dinheiro, em favor de hotéis, bares, comércio etc.”* (4º parágrafo)

I – O vocábulo “se” é um pronome apassivador.

II – O termo “da circulação” apresenta mesmo papel sintático do termo “de dinheiro”.

III – As duas últimas vírgula da frase apresentam a mesma justificativa gramatical.

a) Somente a afirmação I está correta.

b) Somente a afirmação II está correta.

c) As afirmações II e III estão corretas.

d) As afirmações I e III estão corretas.

e) Todas as afirmações estão corretas.

## **Direito Civil**

**11.** Com relação aos direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

a) A pretensão de reconhecimento de ofensa a direito da personalidade é prescritível.

b) O dano moral extrapatrimonial atinge direitos de personalidade do grupo ou da coletividade como realidade massificada, sendo necessária a demonstração de dor, da repulsa, da indignação, tal qual fosse um indivíduo isolado.

c) A imunidade conferida ao advogado para o pleno exercício de suas funções possui caráter absoluto, devendo observar os parâmetros da legalidade e da razoabilidade, abarcando violações de direitos da personalidade, notadamente da honra e da imagem de outras partes ou de profissionais que atuem no processo.

d) Os pedidos de remoção de conteúdo de natureza ofensiva a direitos da personalidade das páginas de internet, seja por meio de notificação do particular ou de ordem judicial, dependem da localização inequívoca da publicação (Universal Resource Locator - URL), correspondente ao material que se pretende remover.

e) É exigível a prova inequívoca da má-fé da publicação, para ensejar a indenização pela ofensa ao nome ou à imagem de alguém.

**12.** A pessoa jurídica A, com sede na Capital do estado em que fica situada, e com diversas filiais em municípios do interior do mesmo estado, contratou com o mercadinho B o fornecimento de material de experiente, porém não pagou pela mercadoria. O mercadinho B, desejando ajuizar ação no domicílio de A, deverá demandar:

a) Na Capital do estado somente, uma vez que nela está a sede da empresa.

b) Em qualquer comarca, nos municípios em que A possui estabelecimento.

c) Na comarca situada no município em que o contrato foi celebrado.

d) Na comarca a que pertencer o município em que se encontra o principal estabelecimento de A.

e) Na comarca a que pertencer o município em que funcione a sua administração.

**13.** Com relação à fraude à execução, é correto afirmar:

a) É cabível embargo de terceiro para anular ato jurídico, por fraude contra credores.

b) Anulados os negócios fraudulentos, a vantagem resultante reverterá em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores.

c) Os negócios de transmissão gratuita de bens, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, salvo quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos.

d) Serão anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, ainda quando a insolvência não for notória.

e) Presumem-se de boa-fé as garantias de dívidas que o devedor insolvente tiver dado a algum credor.

**14.** Com relação às obrigações solidárias, é correto afirmar:

a) Na solidariedade passiva, cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

b) Na solidariedade passiva, credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores. Contudo, se o credor exonerar da solidariedade um ou mais devedores, não subsistirá a dos demais.

c) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, poderá agravar a posição dos outros, ainda que sem consentimento destes.

d) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, subsiste para todos o encargo de pagar o equivalente, mais perdas e danos.

e) O julgamento contrário a um dos credores solidários não atinge os demais, mas o julgamento favorável aproveita-lhes, sem prejuízo de exceção pessoal que o devedor tenha direito de invocar em relação a qualquer deles.

**15.** No que diz respeito ao inadimplemento da obrigação, assinale a alternativa correta:

a) As arras confirmatórias reforçam a obrigação contratual, e não são cumuláveis com perdas e danos ou com a execução parcial da obrigação.

b) As arras penitenciais reforçam a obrigação contratual, e não são cumuláveis com perdas e danos ou com a execução parcial da obrigação

c) As arras confirmatórias objetivam o exercício de eventual direito de arrependimento e não são cumuláveis com perdas e danos excedentes.

d) As arras penitenciais objetivam o exercício de eventual direito de arrependimento e não são cumuláveis com perdas e danos excedentes.

e) As arras confirmatórias objetivam o exercício de eventual direito de arrependimento e são cumuláveis com perdas e danos excedentes.

**16.** Com relação à gestão de negócios, é correto afirmar:

a) Se a gestão foi iniciada contra a vontade manifesta ou presumível do interessado, responderá o gestor por todos os prejuízos que causar, salvos os decorrentes de casos fortuitos.

b) O gestor responde pelo caso fortuito quando fizer operações arriscadas, salvo se o dono costumasse fazê-las, ou quando preferir interesse deste em proveito de interesses seus.

c) Quando alguém, na ausência do indivíduo obrigado a alimentos, por ele os prestar a quem se devem, poder-lhes-á reaver do devedor a importância, ainda que este não ratifique o ato.

d) Se o negócio for útilmente administrado, cumprirá ao dono as obrigações contraídas em seu nome, reembolsando ao gestor apenas pelas despesas necessárias que houver feito, com os juros legais, desde o desembolso.

e) A ratificação pura e simples do dono do negócio retroage ao dia da ciência da gestão, e produz todos os efeitos do mandato.

**17.** Ricardinho, com 16 anos, após ingerir bebida alcoólica, pegou o carro que pertencia à empresa de sua família, foi até a casa do amigo Claudinho e o levou para um bar. O menor conduzia o automóvel em alta velocidade e, após perder o controle em uma curva, colidiu com um poste, ocasionando graves lesões no amigo que resultaram na amputação parcial de um de seus braços. Diante dessa situação, e com base no entendimento jurisprudencial sobre o tema, assinale a alternativa correta:

a) Os pais do menor e a empresa proprietária do veículo são responsáveis solidariamente pelo pagamento da indenização à vítima.

b) Os pais são responsáveis pela reparação civil dos danos causados pelos filhos menores que

estiverem sob sua autoridade e em sua companhia, devendo haver demonstração de culpa in vigilando dos pais.

c) Em matéria de acidente automobilístico, o proprietário do veículo responde subjetiva e subsidiariamente pelos atos culposos de terceiro que o conduz e que provoca o acidente.

d) No transporte desinteressado, ainda que de simples cortesia, o transportador será objetivamente responsável por danos causados ao transportado.

e) As perdas e danos abrangem os danos emergentes, que, na espécie, correspondem à remuneração que o autor deixou de aferir enquanto afastado, temporariamente, do trabalho.

**18.** É requisito da usucapião ordinária, o decurso de tempo de:

a) 10 anos, podendo ser reduzido para 5 anos, se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, independentemente do destino que o possuidor deu a ele.

b) 10 anos, podendo ser reduzido para 3 anos, se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, independentemente do destino que o possuidor deu a ele.

c) 10 anos, podendo ser reduzido para 5 anos, se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.

d) 5 anos, podendo ser reduzido para 2 anos, se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, desde que os possuidores nele tiverem estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.

e) 5 anos, podendo ser reduzido para 2 anos, se o imóvel houver sido adquirido, onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelada posteriormente, independentemente do destino que o possuidor deu a ele.

**19.** Nos termos da legislação civil, perderá, por ato judicial, o poder familiar aquele que:

- a) praticar contra filho ou filha, crime contra a dignidade sexual sujeito à pena de detenção.
- b) praticar contra parente, até o quarto grau, inclusive, homicídio.
- c) praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar lesão corporal de natureza leve.
- d) praticar contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar homicídio, doloso ou culposo, envolvendo violência doméstica e familiar.
- e) praticar atos contrários à moral e aos bons costumes.

**20.** Julgada procedente a ação de despejo, o juiz determinará a expedição de mandado de despejo, que conterá o prazo para a desocupação voluntária, de:

- a) 60 dias, mas será de 15 dias se entre a citação e a sentença de primeira instância houverem decorrido mais de quatro meses.
- b) 60 dias, mas será de 15 dias se entre a citação e a sentença de primeira instância houverem decorrido mais de dois meses.
- c) 60 dias, mas será de 15 dias se entre a citação e a sentença de primeira instância houverem decorrido mais de dois meses.
- d) 30 dias, mas será de 15 dias se entre a citação e a sentença de primeira instância houverem decorrido mais de quatro meses.
- e) 30 dias, mas será de 10 dias se entre a citação e a sentença de primeira instância houverem decorrido mais de dois meses.

## **Direito Processual Civil**

**21.** Assinale a alternativa correta:

- a) A multa do art. 77, § 2º, do CPC/2015, relacionada aos atos atentatórios à dignidade da justiça, não se aplica aos juízes, devendo os atos atentatórios por eles praticados ser investigados nos termos da Lei Orgânica da Magistratura.
- b) O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da parte contrária.
- c) Considera-se litigância de má-fé a conduta comissiva ou omissiva do executado que se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos.
- d) Nos casos de ato atentatório à dignidade da justiça ocorrido no processo de execução, o juiz fixará multa em montante não superior a dois por cento do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito da União ou Estado.
- e) Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa para o ato atentatório à dignidade da justiça poderá ser fixada em até 20 (vinte) vezes o valor do salário-mínimo.

**22.** Sobre a ação de exigir contas, marque a alternativa incorreta.

- a) A ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta-corrente bancária.
- b) É cabível ação de prestação de contas proposta contra empresa administradora de consórcio caso a empresa que promoveu as vendas não tenha concordado com os números apresentados.
- c) Cabe agravo de instrumento contra a decisão que julga procedente, na primeira fase, a ação de exigir contas, condenando o réu a prestar as contas exigidas.
- d) É possível, no curso dessa ação, a revisão de cláusulas contratuais.

e) Depois de citado, o réu possui agora o prazo de 15 dias para apresentar a prestação de contas exigida pelo autor ou oferecer contestação.

**23.** De acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar sobre o cumprimento da sentença:

a) A execução provisória de crédito de natureza alimentar não afasta a necessidade de o exequente prestar caução para a garantia do juízo.

b) O prazo para cumprimento voluntário da sentença deverá ser computado em dias corridos, tendo vista que não se trata de prazo processual.

c) A anulação ou modificação da sentença exequenda implica o desfazimento da transferência de posse ou da alienação de propriedade ou de outro direito real eventualmente já realizado.

d) O cumprimento espontâneo da execução provisória pelo executado presume a sua desistência tácita do recurso por ele interposto sobre a sucumbência controversa.

e) Poderá ser dispensada a caução para o levantamento de quantia em dinheiro quando a sentença exequenda estiver em conformidade com acórdão proferido no julgamento de casos repetitivos.

**24.** A hipoteca judiciária é um efeito secundário da sentença, sendo correto afirmar que:

a) sobrevivendo a reforma ou invalidação da decisão condenatória, eventuais perdas e danos decorrentes da hipoteca deverão ser apurados em ação própria.

b) poderá ser realizada mediante apresentação de cópia da sentença perante o cartório de registro imobiliário, mediante ordem judicial ou declaração expressa do juiz.

c) a decisão não produz hipoteca judiciária se pendente arresto sobre o bem do devedor.

d) decorre da sentença condenatória, sendo irrelevante a interposição ou não de recurso contra ela, ainda que este seja dotado de efeito suspensivo.

e) No prazo de até 10 (dez) dias da data de realização da hipoteca, a parte informá-la-á ao juízo da causa, que determinará a intimação da outra parte para que tome ciência do ato.

**25.** Sobre a exceção de pré-executividade, considere:

I) Deve ser manejada no prazo dos embargos à execução em caso de processo de execução, ou no prazo da impugnação ao cumprimento de sentença no caso de cumprimento de sentença

II) O NCPC trouxe previsão expressa quanto ao seu cabimento e procedimento.

III) Na execução de pré-executividade, é possível ao executado alegar o pagamento do título de crédito, desde que comprovado mediante prova pré-constituída.

IV) Para que seja admitida a objeção, são requisitos: a) matéria seja alegável de ofício; b) o executado tenha prova pré-constituída, não necessitando de dilação probatória.

Estão corretos os itens:

a) I, III e IV.

b) III e IV.

c) II e III.

d) I e II.

e) I, II e IV.

**26.** Acerca dos atos processuais, julgue o item subsequente.

I) O administrador do imóvel locado, quando a ação se originar de atos por ele praticados, poderá receber citação em ação movida contra o locador, se este estiver ausente.

II) Caso um órgão da administração pública direta ou indireta seja polo passivo de uma demanda jurisdicional, sua citação deverá preferencialmente se realizar por oficial de justiça.

III) a intimação eletrônica prevalece sobre a intimação realizada no Diário de Justiça.

Estão corretos os itens:

- a) I
- b) I e III
- c) II e III
- d) I, II e III
- e) III

**27.** Assinale a alternativa incorreta sobre ação rescisória:

- a) é possível o manejo de ação rescisória, com base na suposta violação à norma jurídica, contra decisão baseada em enunciado de súmula ou acórdão proferido em julgamento de casos repetitivos que não tenha considerado a existência de distinção entre a questão discutida no processo e o padrão decisório que lhe deu fundamento.
- b) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos. Há erro de fato quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, sendo indispensável, em ambos os casos, que o fato não represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para propor a ação, se não foi ouvido no processo em que lhe era obrigatória a intervenção.
- d) É lícito o pedido de tutela de urgência visando impedir o cumprimento da decisão rescindenda.
- e) É cabível a propositura de ação rescisória em face de acórdão que, à época de sua prolação, estava em conformidade com a jurisprudência predominante do STF

**28.** Sobre a tutela provisória, é correto afirmar, exceto:

- a) A concessão de tutela de evidência independe da demonstração de perigo de dano iminente.
- b) A sentença que reconhece a prescrição ou decadência da pretensão do autor tem o condão de gerar a responsabilidade daquele que se beneficiou da efetivação da tutela de urgência.

c) Na tutela cautelar, o CPC não previu a responsabilidade pelo prejuízo que a efetivação da tutela causar a parte adversa, caso a sentença lhe seja desfavorável.

d) A decisão interlocutória que majora a multa fixada para a hipótese de descumprimento de decisão antecipatória de tutela anteriormente proferida é recorrível por agravo de instrumento.

e) quando requerida na forma de tutela cautelar antecedente, poderá ser apreciada como tutela antecipada, caso o juiz entenda que essa é sua verdadeira natureza.

**29.** Sobre provas no processo civil, leias as assertivas a seguir:

I De acordo com o STJ, se o juiz, de ofício, determinar a realização de perícia, a antecipação da remuneração do perito será rateada por ambas as partes.

II a confissão judicial pode ser espontânea ou provocada; se espontânea, só pode ser feita pela própria parte.

III Após a instauração do procedimento de arguição de falsidade, a outra parte deverá ser ouvida em quinze dias e, então, não será admitida a extinção prematura do feito sem o exame pericial do documento, mesmo que a parte concorde em retirá-lo dos autos.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Apenas a afirmativa I é falsa.
- b) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- c) As afirmativas I e III são verdadeiras.
- d) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- e) Nenhuma é verdadeira.

**30.** Sobre os processos nos tribunais, assinale a opção correta.

- a) A técnica de complementação de julgamento nas decisões colegiadas não unânimes de segunda instância não se configura como espécie recursal nova, em razão da ausência da característica da voluntariedade inerente aos recursos.
- b) O dever de prevenção, consistente na possibilidade de o relator desconsiderar vício formal de recurso ou determinar sua correção, não se aplica aos recursos especial e extraordinário.
- c) Ao editar o enunciado de súmula, os tribunais devem desconsiderar as circunstâncias fáticas dos precedentes que motivaram sua criação.
- d) É cabível recurso extraordinário por contrariedade ao princípio constitucional da legalidade, quando a sua verificação pressuponha rever a interpretação dada a normas infraconstitucionais pela decisão recorrida.
- e) Contra decisão proferida por órgão de segundo grau dos juizados especiais, é cabível recurso especial.

### **Direito do Consumidor**

**31.** Clara e Pedro tiveram um curto relacionamento amoroso e, algum tempo depois, Clara apareceu grávida, afirmando que Pedro era o pai do seu filho. Contudo, Pedro não acreditou e não quis reconhecer a paternidade da criança. Quando o bebê nasceu, Clara ajuizou ação de investigação de paternidade, e foi realizado um exame de DNA no Laboratório Genes, o qual apresentou resultado negativo. Clara não acreditou nesse resultado, uma vez que não manteve relações com mais ninguém nesse período, e convenceu Pedro a realizar outro exame de DNA, no mesmo laboratório, o qual, dessa vez, apresentou resultado positivo para paternidade. A fim de dirimir todas as dúvidas, foi feito mais um teste, em outro laboratório, o qual também obteve resultado positivo de paternidade, restando claro que o primeiro exame feito pelo Laboratório Genes foi incorreto. Por esse motivo, Clara ajuizou ação

em face do referido laboratório. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) O laboratório possui obrigação de resultado na realização de exame médico, de maneira que o fornecimento de diagnóstico incorreto configura defeito na prestação do serviço, a implicar responsabilidade objetiva, pelos danos morais causados à genitora por falso resultado negativo de exame de DNA, realizado para fins de averiguação de paternidade.
- b) O laboratório possui obrigação de meio na realização de exame médico, de maneira que o fornecimento de diagnóstico incorreto configura defeito na prestação do serviço, a implicar responsabilidade subjetiva, devendo ser comprovada a culpa do fornecedor, na prestação do serviço.
- c) O laboratório possui obrigação de resultado na realização de exame médico, de maneira que o fornecimento de diagnóstico incorreto configura fato do serviço, a implicar responsabilidade objetiva, somente pelos danos materiais causados à genitora por falso resultado negativo de exame de DNA, realizado para fins de averiguação de paternidade.
- d) O laboratório possui obrigação de meio na realização de exame médico, de maneira que o fornecimento de diagnóstico incorreto configura vício do serviço, a implicar responsabilidade subjetiva, mediante a comprovação de culpa, somente pelos danos materiais causados à genitora por falso resultado negativo de exame de DNA, realizado para fins de averiguação de paternidade.
- e) O laboratório não possui obrigação de resultado na realização de exame médico, de maneira que o fornecimento de diagnóstico incorreto configura mero equívoco, inserido dentre os riscos assumidos pelo paciente, na medida em que o teste de DNA para investigação de paternidade envolve o uso de dados estatísticos referentes ao perfil genético da população.

**32.** Com relação à proteção contratual do consumidor, assinale a alternativa correta, de acordo com a Jurisprudência do STJ:

a) A vedação à denúncia da lide prevista no CDC está restrita à responsabilidade de comerciante por fato do produto (art. 13 do CDC).

b) A devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor, prevista no CDC, pressupõe somente a existência de pagamento indevido.

c) É abusiva a cláusula de cobrança de juros compensatórios incidentes em período anterior à entrega das chaves nos contratos de compromisso de compra e venda de imóveis em construção sob o regime de incorporação imobiliária.

d) A ação de repetição de indébito de tarifas de água e esgoto sujeita-se ao prazo prescricional estabelecido no CDC.

e) A inversão do ônus da prova, nos termos do CDC, não ocorre *ope legis*, mas *ope iudicis*, vale dizer, é o juiz que, de forma prudente e fundamentada, aprecia os aspectos de verossimilhança das alegações do consumidor ou de sua hipossuficiência.

**33.** No que se refere às práticas comerciais, é correto afirmar:

a) Toda informação ou publicidade, ainda que não suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.

b) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto pelo prazo mínimo de 10 anos.

c) O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

d) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

e) Se o fornecedor de produtos ou serviços recusar cumprimento à oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, prioritariamente exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade.

**34.** Com relação aos bancos de dados e cadastros dos consumidores, é correto afirmar:

a) O consumidor terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, resguardado o sigilo das suas respectivas fontes.

b) Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período inferior a cinco anos.

c) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de quinze dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

d) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

e) Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, sendo vedada a divulgação pública.

35. Com relação às sanções administrativas, previstas na legislação consumerista, é correto afirmar:

a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.

c) Os órgãos oficiais poderão expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de multa, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor, resguardado o segredo industrial.

d) As sanções administrativas previstas no CDC serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, salvo medida cautelar, antecedente de procedimento administrativo.

e) As penas de apreensão, de inutilização de produtos, de proibição de fabricação de produtos, de suspensão do fornecimento de produto ou serviço, de cassação do registro do produto e revogação da concessão ou permissão de uso serão aplicadas pela administração, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa, quando o fornecedor reincidir na prática das infrações de maior gravidade previstas no CDC e na legislação de consumo.

### **Direito da Criança e do Adolescente**

36. A Constituição Federal de 1988 dedica especial atenção à criança e ao adolescente. Assinale a alternativa correta sobre o tema:

a) É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, sempre que possível e de acordo com as políticas

públicas priorizadas pelo Governo Federal, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

b) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem mediante políticas específicas, sendo vedada a participação de entidades não governamentais.

c) O direito à proteção especial abrangerá, por exemplo, a idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola, mas não há previsão de garantia de direitos previdenciários.

d) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

e) A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, sendo vedada para estrangeiros.

37. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/90) apresenta disposições próprias sobre a viagem de crianças e adolescentes. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) A criança ou adolescente menor de 16 anos só poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis com expressa autorização judicial.

b) A autorização judicial poderá ser concedida com prazo de validade indeterminado.

c) Em determinados casos, a exemplo de viagem para comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de 16 anos, a autorização judicial não será exigida. No exemplo citado, exige-se que a criança esteja acompanhada de pessoa maior expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

d) Em se tratando de viagem para o exterior, a criança ou o adolescente sempre precisarão de prévia e expressa autorização judicial.

e) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

**38.** O Conselho Tutelar é um órgão municipal responsável por zelar pelos direitos da criança e do adolescente. É um órgão permanente, ou seja, uma vez criado não pode ser extinto, e possui autonomia funcional, não sendo subordinado a qualquer outro órgão estatal. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

a) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

b) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 anos, permitida 1 recondução, mediante novo processo de escolha.

c) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, exige-se reconhecida idoneidade moral, idade superior a dezoito anos e que o candidato resida no município.

d) Constará da lei orçamentária do Estado e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares.

e) O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante, mas não estabelecerá presunção de idoneidade moral.

**39.** O tema da adoção no Brasil é um grande desafio. Hoje, possuímos mais famílias cadastradas para adoção, do que crianças disponíveis, mesmo diante desse cenário, o

número de adoções ainda é reduzido. Isso se deve, em grande medida, pela discrepância entre o perfil da família e o perfil da criança. Enquanto às famílias aguardam crianças de tenra idade, os lares de adoção estão lotados de crianças mais velhas. Isso gera um descompasso aparentemente insolúvel em nosso sistema.

Tendo em vista a adoção, é regra hoje prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente que:

a) a adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer antes do início ou no curso do procedimento.

b) para adoção conjunta, é indispensável, no mínimo, que os adotantes sejam ou tenham sido casados civilmente ou que mantenham ou tenham mantido união estável.

c) se um dos cônjuges ou companheiros adota o filho do outro, são rompidos os vínculos de filiação entre o adotado e o cônjuge ou companheiro do adotante e os respectivos parentes.

d) o procedimento de adoção internacional pressupõe a intervenção de organismos nacionais e estrangeiros, devidamente credenciados, encarregados de intermediar pedidos adoção internacional.

e) a guarda de fato autoriza, por si só, a dispensa do estágio de convivência.

**40.** O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê algumas garantias processuais. Assinale a alternativa que não apresenta uma garantia:

a) Nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal.

b) O pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.

c) A igualdade na relação processual, sendo vedado confrontar-se com vítimas e testemunhas para evitar intimidação, embora possa produzir todas as provas necessárias à sua defesa.

d) O direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.

e) O direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

### **Direito Penal**

**41.** Assinale a alternativa correta sobre a teoria do Direito Penal:

a) O erro de tipo significa defeito de conhecimento do tipo legal e, assim, exclui o dolo, porque uma representação ausente ou incompleta não pode informar qualquer dolo de tipo. Assim, se o erro é inevitável, exclui o dolo, enquanto o erro evitável exclui o dolo e a punição por crime culposos, se previsto em lei.

b) A norma penal em branco é aquela em que a descrição da conduta punível (preceito primário) se mostra incompleta ou lacunosa, necessitando de outro dispositivo normativo para a sua complementação, a fim de que se possa compreender o âmbito de sua aplicação.

c) Há concurso aparente de normas quando, para determinado fato, aparentemente existem duas ou mais normas que poderão sobre ele incidir, mas na realidade apenas uma tem incidência. O conflito aparente de normas será resolvido pela aplicação dos seguintes princípios: especialidade, subsidiariedade, consunção e, segundo alguns autores, alteridade.

d) A interpretação analógica é aquela que abrange os casos análogos, mediante o uso de fórmula casuística gravada no dispositivo legal, e que servirá de norte ao intérprete. Esse tipo de interpretação, mesmo ampliando o alcance da norma penal, por abranger hipóteses não previstas expressamente pelo legislador, não é admitida no Direito Penal.

e) Há erro de tipo permissivo na hipótese do caçador que está na floresta e atira contra um vulto acreditando se tratar de um animal, mas depois descobre que era seu companheiro da caça.

**42.** Analise as assertivas sobre os crimes em espécie no Código Penal:

I - Pratica o crime de apropriação indébita, o advogado que se apropria de quantia em

dinheiro recebida a título de indenização por danos morais pelo seu cliente, de 90 anos de idade, aplicando-se a causa de aumento de pena por ter recebido o valor em razão da profissão.

II - As penas dos crimes contra a honra são aumentadas de um terço, dentre outras hipóteses legais, quando praticados contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria.

III - Nos crimes de injúria e difamação, somente é admissível a exceção da verdade se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício das funções.

IV - Aquele que acha coisa alheia perdida e dela se apropria, total ou parcialmente, deixando de restituí-la ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-la à autoridade competente, dentro do prazo de 10 (dez) dias, comete o crime de apropriação de coisa achada.

Estão corretas as assertivas:

a) II e III.

b) I, II e IV.

c) Apenas a II.

d) Apenas a I.

e) III e IV.

**43.** Assinale a alternativa correta sobre punibilidade:

a) Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

b) O perdão do ofendido é ato unilateral, extinguindo a punibilidade se for expresso ou tácito.

c) O rol do artigo 107 do Código Penal é taxativo, não havendo causas extintivas da punibilidade fora de referida enumeração exaustiva.

d) Há extinção da punibilidade do peculato doloso se há reparação do dano antes da sentença irrecorrível.

e) No caso do crime de falso testemunho ou falsa perícia, o fato deixa de ser punível com a retratação, ou seja, eventual retratação se estende a eventuais partícipes.

**44.** Sobre a prescrição, assinale a alternativa correta:

a) Segundo entendimento do STJ, a detração deve ser considerada para fins de prescrição. Ou seja, o cálculo prescricional deve ser feito com base na pena restante após decotado o período de prisão processual na sentença.

b) o STF e o STJ entendem, de forma harmônica, que a prescrição da pretensão executória da pena de multa deve ocorrer conforme os prazos do Código Tributário Nacional, já que o artigo 51 do Código Penal determina que o seu tratamento deve ser de dívida de valor com o Estado.

c) O prazo da prescrição intercorrente se aumenta de um terço, se o condenado é reincidente, nos termos do artigo 110 do Código Penal.

d) A prescrição da ação penal regula-se pela pena concretizada na sentença, quando não há recurso da acusação.

e) A interrupção da prescrição produz efeitos a todos os autores do crime em todos os casos de interrupção previstos no Código Penal.

**45.** Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a dignidade sexual:

a) Os crimes contra a liberdade sexual são de ação penal pública condicionada à representação, salvo se a vítima for menos de 18 anos.

b) O crime de importunação sexual é expressamente subsidiário, além de exigir elemento subjetivo especial para sua configuração.

c) A doutrina e a jurisprudência, de forma amplamente majoritária, entendem possível a configuração do crime de assédio sexual no caso de professor constranger aluna com o intuito de obter vantagem de natureza sexual.

d) Caso dois tios, que recebem um sobrinho de 11 anos de idade em casa, deixem, por descuido, que ele os veja tendo relação sexual, devem responder pelo crime de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.

e) A chamada pornografia de vingança, também conhecida pela expressão revenge porn, constitui modalidade qualificada do crime de Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.

**46.** Assinale a alternativa incorreta sobre as disposições do Código Penal:

a) O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá o agente responder por culpa, se o fato é punível como crime culposos.

b) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

c) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima. Não há isenção de pena quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

d) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem.

e) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo. Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

**Direito Processual Penal**

**47.** Assinale a alternativa correta em relação às sentenças no processo penal.

a) Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia, no prazo de cinco dias. Não procedendo o órgão do Ministério Público ao aditamento, o Juiz remeterá os autos ao Procurador-Geral.

b) O amplo efeito devolutivo dos recursos possibilita à segunda instância dar nova definição jurídica ao fato delituoso em virtude de circunstância elementar não contida, explícita ou implicitamente, na denúncia ou queixa.

c) A sentença absolutória do juízo criminal que declare a inexistência do fato ou que o réu não tenha concorrido para o crime não faz coisa julgada no juízo cível, sendo cabível a reparação civil ex delicto.

d) A jurisprudência não admite a fundamentação per relationem (por remissão) para as decisões judiciais de um modo geral.

e) No processo penal, somente os juízes e os promotores de justiça poderão ser alvo de impugnações de atuação por meio de exceção de suspeição.

**48.** Sobre o instituto da suspensão condicional do processo, é correto afirmar:

a) quando da sentença, ao atribuir ao fato definição jurídica diversa, o juiz deve verificar sobre a possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo, procedendo como de lei.

b) a depender da gravidade do resultado decorrente de infração penal da Lei Maria da Penha, os benefícios da suspensão condicional do processo e da transação penal têm aplicação imediata.

c) em caso de concurso de crimes, para efeito de avaliar sobre a possibilidade de suspensão condicional do processo, não se deve tomar em

conta eventual soma (do concurso material) ou acréscimo (do concurso formal) na pena.

excetuado o concurso material, quando a pena mínima cominada, pela incidência da majorante, não ultrapassar o limite de um (1) ano.

d) o acusado que vier a ser processado, no curso do prazo de suspensão, pela prática de contravenção não poderá ter o benefício revogado por este motivo.

e) não é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.

**49.** Assinale a alternativa INCORRETA:

a) nas ações penais privadas movidas mediante queixa, havendo pluralidade de autores, a queixa não poderá ser movida de forma seletiva contra apenas alguns desses autores, sendo que a renúncia ao exercício do direito de queixa, em relação a qualquer um deles, aproveitará a todos.

b) A sentença penal absolutória implica, obrigatoriamente, a concessão da liberdade do réu que tenha respondido ao processo enquanto se encontrava preso preventivamente, bem como na cessação das medidas cautelares diversas eventualmente aplicadas.

c) É obrigatória a defesa técnica em todo o processo penal, tendo o Supremo Tribunal Federal entendido ser nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não tenha sido previamente intimado para constituir outro.

d) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o magistrado está autorizado a atribuir ao fato delituoso, ao sentenciar, uma qualificação jurídica diversa daquela contida na imputação, sem ofensa à defesa, sempre que a nova capitulação encontre apoio em circunstâncias elementares que estejam contidas, de modo explícito, na denúncia ou queixa.

e) A renúncia do réu ao direito de apelação, manifestada ainda que sem a assistência de seu defensor, é causa de inadmissibilidade do recurso de apelação interposto por este, porque o direito constitucional de liberdade e de acesso ao duplo grau de jurisdição é pessoal e indelegável.

**50.** Acerca de ação penal, assinale a opção correta.

a) Oferecendo o ofendido ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público, nos exatos termos do art. 29 do CPP, deixa de ser parte e passa a atuar como custos legis e não pode, por exemplo, fornecer elementos de prova.

b) No caso de crime praticado contra a honra de servidor público no exercício de suas funções, a vítima tem legitimação concorrente com o MP para ajuizar ação penal.

c) A quantidade de testemunhas que poderão ser arroladas na instrução do rito comum ordinário corresponde até 8 (oito) para acusação e até 8 (oito) para a defesa, conforme art. 401 do CPP. Já na instrução do rito sumário a quantidade de testemunhas é de até 3 (três) para a acusação e 3 (três) para a defesa, em consonância com o art. 532 do CPP.

d) Na ação penal privada, se o ofendido for mentalmente enfermo, o direito de queixa não poderá ser exercido por curador especial enquanto o primeiro não se restabeleça.

e) Finda a instrução, no procedimento ordinário, as partes têm o prazo legal de 48 horas para requererem diligências que reputeem imprescindíveis ao deslinde da causa.

**51.** Assinale a alternativa correta a respeito da prisão domiciliar:

a) é cabível a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar aos acusados, primários e de bons antecedentes, responsáveis pelos cuidados de filho de até oito anos de idade incompletos.

b) Quando o juiz substitui a prisão preventiva de uma gestante, pela prisão domiciliar, poderá

aplicar ao mesmo tempo outra medida cautelar daquelas previstas no art. 319 do CPP.

c) A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que não seja ela líder ou participante de organização criminosa.

d) O recolhimento domiciliar será permitido, não havendo exigência de residência e trabalho fixo.

e) O juiz poderá substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 70 anos.

**52.** Com relação aos recursos em matéria criminal, assinale a alternativa correta:

a) No julgamento da apelação, o Tribunal não pode acolher, contra o réu, nulidade não arguida no recurso da acusação, dispensada, porém, prévia intimação do defensor ou publicação da pauta.

b) É viável que, no curso da tramitação, o Ministério Público desista de recurso que tenha interposto, desde que o assistente de acusação também desista do ato processual.

c) Decisão proferida em sede de recurso interposto por um dos réus, em concurso de agentes, que reconheça a circunstância atenuante de menoridade aproveitará ao outro réu por força do efeito extensivo.

d) O termo inicial do prazo para a interposição de recurso pelo MP é a data de prolação da sentença em audiência, desde que haja promotor de justiça presente.

e) A ausência de recurso do órgão acusatório em face de sentença condenatória proferida por juiz singular impede que o Tribunal venha a aumentar, de ofício, a pena aplicada ao réu.

### **Legislação Penal Especial**

**53.** Utilizando apenas a Lei dos Crimes Ambientais, aponte a alternativa que apresenta uma hipótese apta a mitigar a sanção penal durante a segunda fase de dosimetria da pena:

- a) ter o agente mais de 70 (setenta) anos na data da sentença.
- b) ter sido o fato cometido em exercício regular do direito de caçar.
- c) ter sido o fato praticado contra espécie de fauna que não está na lista de risco de extinção.
- d) a classe socioeconômica do agente.
- e) a comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.

**54.** Sobre o instituto da suspensão condicional do processo, previsto no art. 89 da Lei 9.099, é correto afirmar com base no texto de lei e na jurisprudência majoritária:

- a) Em casos de emendatio libelli, é cabível a suspensão condicional do processo se a nova tipificação resultar em crime cuja pena mínima cominada seja igual ou inferior a um ano.
- b) Os STF e o STJ divergem quanto ao cabimento da suspensão condicional do processo nos crimes submetidos à Lei Maria da Penha, por ser direito subjetivo do acusado.
- c) As condições a que fica submetido o acusado estão previstas em lei, não se admitindo interpretação extensiva para novas possibilidades sob afronta do princípio da legalidade.
- d) A revogação da suspensão condicional do processo só é possível em virtude de condenação com trânsito em julgado por crime cometido durante o período de prova, sob pena de violação ao princípio da não-culpabilidade constitucional.
- e) Em caso de concurso material de crimes, a pena deve ser considerada separadamente para fins de aplicação da suspensão condicional do processo, sendo vedada a soma das penas mínimas para aferição do cabimento do instituto.

**55.** Nos termos da Lei 7.210/84, integra o centro de competência do magistrado que atua na fase de Execução Penal:

- a) diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento.
- b) aplicar aos casos julgados lei posterior que de qualquer modo favorecer o condenado.
- c) colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.
- d) fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento.
- e) contribuir na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da política criminal e penitenciária.

**56.** A respeito da Lei 11.340/2006, assinale a alternativa em que não se aplica a Lei Maria da Penha:

- a) o ex-noivo agride fisicamente a mulher por ser torcedora de outra agremiação esportiva no ginásio poliesportivo da cidade.
- b) a mãe agride a filha em seu ambiente doméstico por não ter lavado a louça corretamente.
- c) a irmã de 25 anos agride a irmã de 13 anos por usar a roupa dela e deixar suja.
- d) um motorista pratica feminicídio contra mulher em uma briga de trânsito, por menosprezo à condição de mulher da vítima.
- e) Um namorado agride fisicamente a namorada por ciúmes, após descobrir ter sido traído com seu melhor amigo.

57. Assinale a alternativa incorreta, que contraria texto de lei em relação à idade dos idosos:

a) São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, maior de 70 (setenta) anos.

b) Aplica-se a pena em dobro, para o crime de estelionato, se o crime for cometido contra pessoa com 60 anos de idade ou mais.

c) É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

d) Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

e) Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

### **Direito Constitucional**

58. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, nepotismo é a conduta de nomear para cargos públicos em comissão ou funções de confiança de livre provimento e de livre exoneração parentes, cônjuges ou companheiros de agentes públicos, enaltecendo critérios de promoção familiar e de afinidade em detrimento de critérios de mérito e capacidade funcional, no acesso a cargos públicos. Ainda levando em conta os entendimentos firmados pelo Supremo Tribunal Federal sobre nepotismo, assinale a alternativa incorreta:

a) A vedação ao nepotismo decorre diretamente dos princípios contidos no artigo 37, caput, da Constituição Federal e não exige a edição de lei. Entretanto, caso seja disciplinada por lei, sua iniciativa não é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

b) A Súmula Vinculante 13, ao explicitar as situações em que se caracteriza o nepotismo, não esgotou as hipóteses de violação à moralidade decorrente da contratação por influência de vínculos familiares na Administração Pública, de forma que é possível a configuração de nepotismo em situações outras, ali não expressamente definidas.

c) A definição de nepotismo, contida na Súmula Vinculante 13 STF, não abrange situações de nomeação, para cargos e funções de confiança, de servidores efetivos, com vínculos familiares com a autoridade nomeante.

d) o nepotismo cruzado, assim entendido o ajuste mediante designações recíprocas, macula de inconstitucionalidade as nomeações para cargos políticos, inclusive.

e) Leis que tratam dos casos de vedação a nepotismo não são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

59. Sobre os direitos sociais, aponte a alternativa que não corresponde à jurisprudência do STF:

a) A garantia constitucional da gratuidade de ensino não impede a cobrança de mensalidade em curso de especialização, por universidades públicas.

b) Fere o direito à saúde, assim como a autonomia profissional do médico, a previsão normativa, no âmbito do Sistema único de Saúde, que veda a internação em acomodações superiores, ou mesmo o atendimento médico diferenciado, mediante o pagamento dos valores correspondentes pelo usuário.

c) Os estrangeiros residentes no país podem obter benefício assistencial, desde que atendidos os requisitos constitucionais e legais.

d) Em virtude do elevado número de programas governamentais para área da educação, bem como da edição da Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e da Lei n. 10.172/2001 (Plano Nacional de Educação), o STF decidiu pela ausência de omissão do Chefe do Poder Executivo Federal na erradicação do analfabetismo.

**60.** A Constituição Federal de 1988 inovou, ao estabelecer princípios que governam as relações internacionais, marque a alternativa que NÃO contempla os princípios fixados pela CF.

- a) Independência nacional, prevalência dos direitos humanos, defesa da paz.
- b) Concessão de asilo político, solução pacífica de conflitos, defesa da paz, igualdade entre os Estados.
- c) Não intervenção, autodeterminação dos povos, igualdade entre os Estados.
- d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, não-intervenção, prevalência de direitos humanos.
- e) Integração econômica entre os povos, prevalência de direitos humanos, erradicação das desigualdades.

**61.** À luz da CF, do entendimento consolidado pelo STF e pela doutrina pertinente, a intervenção federal será decretada quando

- a) houver ameaça de perturbação da ordem pública.
- b) o estado-membro, em qualquer hipótese, desprezear lei federal.
- c) o estado-membro, ainda que não intencionalmente, deixar de pagar precatórios expedidos contra a fazenda pública.
- d) o estado-membro, sem motivo de força maior, deixar de pagar sua dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.
- e) ocorrer invasão estrangeira, desde que o estado-membro invadido tenha sido conivente com o ato.

**62.** Assinale a opção correta acerca das garantias constitucionais individuais, do funcionamento e atribuições das CPIs e dos chamados remédios constitucionais, considerando a jurisprudência do STF.

- a) Embora as CPIs possuam poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, é vedada a CPI criada por assembleia legislativa de estado a quebra de sigilo de dados bancários dos investigados.

b) Em decorrência de norma constitucional acrescentada pela EC n.º 45/2004, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos subscritos pelo Brasil antes da promulgação dessa emenda têm status normativo de emenda constitucional.

c) Habeas data serve para assegurar o conhecimento de informações relativas ao impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, não podendo ser impetrado inclusive por pessoa jurídica nacional ou estrangeira.

d) Habeas data é garantia constitucional adequada para obtenção de dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes de sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais.

e) Não se admite que o impetrante desista da ação de mandado de segurança sem aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada, após prolação de sentença de mérito.

**63.** Durante prisão em flagrante de Edgar pelo cometimento de crime de homicídio, policiais analisaram os registros telefônicos das últimas ligações no aparelho celular dele e identificaram o número de outro envolvido, Miro, que foi acusado de ser o possível mandante. Após a prisão de ambos, a defesa de Miro impetrou habeas corpus, sob o argumento de que os policiais haviam violado o direito fundamental de sigilo das comunicações de dados, estabelecido no inciso XII do art. 5.º da Constituição Federal de 1988 (CF) — “XII é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal”. Quanto à extensão da proteção conferida pelo referido dispositivo constitucional na situação hipotética em apreço, assinale a opção correta, à luz da jurisprudência do STF.

- a) Houve violação do direito fundamental ao sigilo das comunicações telefônicas.
- b) A apreensão dos dados armazenados caracteriza violação do sigilo de comunicação de dados.
- c) Não houve violação do direito ao sigilo das comunicações telefônicas.
- d) As provas decorrentes da análise policial são inadmissíveis, segundo a teoria do fruit of the poisonous tree.
- e) A análise empreendida pelos policiais caracteriza interceptação telefônica, logo dependia de prévia autorização judicial.

**64.** Em razão de queimadas florestais, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou e o governador sancionou determinada lei que amplia para cem metros a área de proteção em torno de nascentes.

Nessa situação hipotética, a lei é

- a) inconstitucional, porque a competência para legislar sobre florestas é privativa da União.
- b) inconstitucional, porque a competência para legislar sobre florestas é exclusiva da União.
- c) constitucional, porque a competência para legislar sobre florestas é privativa dos estados.
- d) constitucional, porque a competência para legislar sobre florestas é comum da União, do Distrito Federal e dos estados.
- e) constitucional, porque a competência para legislar sobre florestas é concorrente entre a União, o Distrito Federal e os estados.

**65.** Conforme as normas constitucionais a respeito do orçamento público, é possível

- a) o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, desde que previstos no plano plurianual.
- b) a concessão de empréstimos pela União a estados e municípios e ao Distrito Federal para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas, se feitos por antecipação de receita.

c) a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários, desde que autorizadas em lei.

d) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, se autorizadas mediante créditos suplementares com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo.

e) a abertura de crédito especial sem prévia autorização legislativa, desde que para atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de calamidade pública.

**66.** A respeito do Poder Judiciário, do controle de constitucionalidade e das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta considerando a CF e a jurisprudência do STF.

a) Se o resultado de uma eleição para a presidência de um tribunal de justiça estadual for questionado judicialmente, competirá à procuradoria-geral do estado a representação do tribunal de justiça para defender o ato impugnado.

b) O CNJ, além de suas atribuições de natureza administrativa, detém competência para apreciar a constitucionalidade de atos administrativos, por estar incluído entre os órgãos do Poder Judiciário brasileiro.

c) A ADPF é instrumento adequado para pedir interpretação, revisão e cancelamento de súmula vinculante.

d) Os efeitos de súmula vinculante editada pelo STF em razão de pacificação de controvérsia judicial transcendem o Poder Judiciário e alcançam os Poderes Legislativo e Executivo.

e) O MP junto ao TCU integra o MPU e detém os mesmos direitos e prerrogativas concedidos ao MPF.

**Direito Eleitoral**

**67.** A propaganda eleitoral é aquela em que partidos políticos e candidatos divulgam, por meio de mensagens dirigidas aos eleitores, suas candidaturas e propostas políticas, a fim de se mostrarem os mais aptos a assumir os cargos eletivos que disputam, conquistando, assim, o voto dos eleitores. A Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) trata do assunto e estabelece que:

- a) A propaganda eleitoral somente é permitida após o dia 1º de agosto do ano da eleição.
- b) O postulante a candidatura a cargo eletivo não poderá realizar propaganda intrapartidária com vista à indicação de seu nome, vedado o uso de rádio, televisão e outdoor.
- c) Não será permitido qualquer tipo de propaganda política paga no rádio e na televisão.
- d) A violação às disposições sobre propaganda eleitoral não gera qualquer tipo de sanção pecuniária, mas advertência quanto à ilegalidade da conduta.
- e) Na propaganda dos candidatos a cargo majoritário deverá constar, também, o nome do candidato a vice, sendo dispensado o nome dos suplentes em relação ao cargo de senador.

**68.** A Lei das Eleições (Lei nº 9.504/97) prevê a representação por captação e gastos ilícitos eleitorais. Sobre o tema, pode-se afirmar corretamente:

- a) Qualquer partido político ou coligação poderá representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 30 dias da realização das eleições, relatando fatos e indicando provas, e pedir a abertura de investigação judicial para apurar condutas em desacordo com as normas legais, relativas à arrecadação e gastos de recursos.
- b) O prazo de recurso contra decisões proferidas em representações por captação e gastos ilícitos eleitorais será de 5 dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial.
- c) Se comprovados a captação ou os gastos ilícitos de recursos, para fins eleitorais, será negado diploma ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado.

d) Se, ao final da campanha, ocorrer sobra de recursos financeiros, esta deverá ser transferida ao partido do candidato e a prestação de contas abrangerá apenas os gastos efetivamente realizados.

e) Os candidatos ou partidos conservarão a documentação concernente a suas contas até as eleições seguintes.

**69.** A Lei nº 9.504/97 estabelece algumas condutas vedadas aos agentes públicos para evitar qualquer ato que provoque desequilíbrio na isonomia necessária entre os candidatos e que violem a moralidade e a legitimidade das eleições. Assinale a alternativa incorreta sobre o tema:

- a) As multas em decorrência por violação das vedações impostas serão aumentadas a cada reincidência, conforme a gravidade da conduta por decisão arbitrada judicialmente.
- b) Trata-se de conduta vedada ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária.
- c) Nos três meses que antecedem o pleito é vedado realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.
- d) No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

e) Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.

**70.** Considerando as disposições do Código Eleitoral e as recentes mudanças legislativas, assinale a alternativa correta sobre a inelegibilidade:

a) O recurso contra expedição de diploma caberá em qualquer hipótese de inelegibilidade e de falta de condição de elegibilidade.

b) A inelegibilidade superveniente que atrai restrição à candidatura, se formulada no âmbito do processo de registro, poderá ser deduzida no recurso contra expedição de diploma.

c) A inelegibilidade superveniente apta a viabilizar o recurso contra a expedição de diploma deverá ocorrer até a data fixada para que os partidos políticos e as coligações apresentem os seus requerimentos de registros de candidatos, desde que decorrentes de questões jurídicas.

d) O recurso contra expedição de diploma deverá ser interposto no prazo de 3 dias após o último dia limite fixado para a diplomação e será suspenso no período compreendido entre os dias 20 de dezembro e 20 de janeiro, a partir do qual retomará seu cômputo.

e) O recurso contra expedição de diploma caberá nos casos de inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato e em caso de errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional.

### **Direito Empresarial**

**71.** A respeito da EIRELI, assinale a alternativa INCORRETA:

a) A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário-mínimo vigente no País.

b) O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão “EIRELI” após a firma ou a

denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.

c) A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.

d) A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.

e) Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades simples.

**72.** No que tange à natureza jurídica do estabelecimento empresarial, assinale a alternativa correta:

a) O estabelecimento empresarial é um condomínio.

b) O estabelecimento empresarial é uma universalidade de direito.

c) O estabelecimento empresarial é uma comunhão de direito.

d) O estabelecimento empresarial é um bem indivisível.

e) O estabelecimento empresarial é uma universalidade de fato.

**73.** Quanto ao investidor-anjo, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O investidor-anjo será considerado sócio e, dessa forma, terá direito a gerência e voto na administração da empresa.

b) O investidor-anjo não responderá por qualquer dívida da empresa.

c) O investidor-anjo será remunerado por seus aportes, nos termos do contrato de participação, pelo prazo máximo de cinco anos.

d) O investidor-anjo pode ser pessoa física ou pessoa jurídica.

e) O investidor-anjo somente poderá exercer o direito de resgate depois de decorridos, no mínimo, dois anos do aporte de capital, ou prazo superior estabelecido no contrato de participação.

**74.** Em relação à duplicata escritural, assinale a alternativa correta:

a) A emissão de duplicata sob a forma escritural far-se-á mediante lançamento em sistema físico de escrituração, mais especificamente no livro de registro de duplicatas.

b) São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que vedam, limitam ou oneram, de forma direta ou indireta, a emissão ou a circulação de duplicatas emitidas sob a forma cartular ou escritural.

c) Por falta de previsão legal, a duplicata escritural não é título executivo extrajudicial.

d) Às duplicatas escriturais são aplicáveis, de forma subsidiária, as disposições da Lei do Cheque.

e) A duplicata escritural não se confunde com a duplicata virtual.

**75.** NÃO é característica da sociedade cooperativa:

a) Direito de cada sócio a um só voto nas deliberações, tenha ou não capital a sociedade, e qualquer que seja o valor de sua participação.

b) Indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.

c) Concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.

d) Possibilidade de transferência das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade.

e) Variabilidade, ou dispensa do capital social.

**76.** São hipóteses de dissolução total da sociedade limitada:

a) A falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias.

b) A deliberação dos sócios, por maioria simples, na sociedade de prazo indeterminado.

c) A extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

d) O consenso de 4/5 dos sócios na sociedade de prazo determinado.

e) O vencimento do prazo de duração, independentemente de a sociedade entrar ou não em liquidação.

### **Direito Tributário**

**77.** É causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário:

a) conversão do depósito em renda

b) moratória

c) pagamento

d) isenção

e) transação

**78.** Assinale a alternativa correta:

a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.

b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.

c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.

e) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo permitida a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.

**79.** Sobre os impostos de competência municipal é correto afirmar:

- a) Os municípios brasileiros devem estabelecer, por meio de lei complementar, as normas gerais definidoras do fato gerador, bases de cálculo e contribuintes e do ISSQN.
- b) O ITBI é de competência Municipal, porém compete ao Estado da situação do bem a sua instituição.
- c) O ISS é um imposto municipal, dependente de lei ordinária, porém sua estrutura normativa está disciplinada no CTN, o qual foi recepcionado como lei complementar.
- d) É defeso ao Município atualizar o IPTU, mediante Decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.
- e) O IPTU não poderá ter alíquotas progressivas em razão do valor venal do imóvel

**80.** Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.
- d) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, ainda que ele tenha sido definitivamente julgado.
- e) O Decreto do Presidente da República é fonte formal secundária.

**81.** De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não constitui fato gerador do ICMS o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte

b) Não incide ICMS sobre o fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público

c) O fornecimento de mercadorias com simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.

d) O ICMS incide no serviço dos provedores de acesso à Internet.

e) Todas as afirmativas estão corretas.

**82.** Julgue os itens a seguir:

i) O fato gerador é instantâneo quando a sua realização se dá em um átimo de tempo, a cada nova operação realizada.

ii) O fato gerador periódico ou complexo é aquele cuja formação ocorre ao longo de um espaço de tempo. Ao final do período previsto em lei, valoriza-se todos os fatos isolados que, somados, tem a aptidão para fazer nascer a relação jurídica de direito tributário

iii) O fato gerador continuado é aquele que descreve uma conduta que revela um estado de permanência.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Nenhum dos itens estão corretos.
- c) Apenas os itens i e ii estão corretos.
- d) Apenas o item i está correto.
- e) apenas o item ii está correto.

**83.** Sobre isenções tributárias, assinale a alternativa correta:

a) As isenções objetivas são aquelas levam em consideração as circunstâncias individuais do sujeito passivo.

b) Salvo se aprovada pela maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo, é vedada a instituição de isenções condicionadas, que são aquelas cuja fruição depende da realização de alguma contrapartida por parte do sujeito passivo.

c) As isenções abrangem apenas os tributos, não se estendendo às penalidades pecuniárias.

d) A isenção não pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.

e) As isenções sempre abarcam os tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

**84.** Sobre as anistias, assinale a alternativa incorreta:

a) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

b) A anistia não pode ser concedida em caráter geral.

c) A anistia não se aplica, salvo disposição em contrário, às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

d) A anistia pode ser concedida apenas a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

e) A anistia pode ser concedida apenas às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.

**85.** De acordo com a jurisprudência do STJ, é incorreto afirmar que:

a) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.

b) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

c) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

d) O contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado.

e) A discussão judicial da dívida, embora não suspensa, por si só, a exigibilidade do crédito, nos termos do art. 151 do CTN, impede a inclusão do nome do devedor no CADIN.

## Direito Ambiental

**86.** Eduardo, proprietário de área rural no Estado do Rio Grande do Sul, desmatou todo seu imóvel para fins de pastagem, mas antes de implantar seu projeto acabou vendendo a área para a empresa Enterprise. O Ministério Público ajuizou ação judicial em face da pessoa jurídica (Enterprise), atual proprietária da área, para a responsabilizar civilmente pelos danos ambientais causados. Marque a alternativa correta:

a) A ação deverá ser julgada improcedente, haja vista que a empresa não poderia compor o pólo passivo da demanda, pois não desmatou a área, não podendo ser responsabilizada civilmente pelos danos causados.

b) A ação jamais poderia ter sido ajuizada em face da Enterprise, pois no Brasil não se admite a responsabilização de pessoa jurídica por dano ambiental.

c) Os deveres decorrentes da função ambiental da propriedade possuem natureza de direito pessoal.

d) O Ministério Público não possui legitimidade para ajuizar ação de reparação de danos ambientais, motivo pelo qual a demanda deve ser julgada improcedente.

e) A ação deverá ser julgada procedente, pois a atual proprietária, ao adquirir a área rural, recebe também os deveres ambientais decorrentes da função ambiental da propriedade.

**87.** Sobre o meio ambiente, marque a alternativa correta:

a) É classificado como bem público de uso especial.

b) Seu conceito não inclui o meio ambiente artificial.

c) O princípio da liberdade econômica permite a exploração empresarial que exaure os recursos naturais para as gerações futuras.

d) Não há bis in idem na dupla cobrança do usuário de recursos naturais que também polui o meio ambiente, pois os fundamentos da cobrança são diferentes: há a cobrança pela degradação ambiental (poluidor-pagador) e há a cobrança pelo uso dos recursos naturais pertencentes a sociedade (usuário-pagador).

e) É um bem de uso comum do povo, facultando-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

**88.** Acerca da Política Nacional do Meio Ambiente, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Pessoa jurídica de direito público não pode ser enquadrado no conceito de poluidor, pois quem acabaria sendo prejudicado, ao final, seria a própria população, que é quem custeia o estado.

b) Um dos objetivos da PNMA é a busca pelo desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais, o que parte da doutrina denomina de tecnologia verde ou tecnologia limpa.

c) O prazo para concessão das licenças ambientais (do protocolo do requerimento até seu deferimento ou indeferimento) será de, no máximo, 6 meses, podendo chegar a 12 meses quando houver necessidade de EIA/RIMA e/ou audiência pública.

d) A concessão florestal, a servidão ambiental e o seguro ambiental são exemplos de instrumentos econômicos da PNMA.

e) O prazo dos contratos de concessão florestal exclusivos para exploração de serviços florestais será de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 20 (vinte) anos.

**89.** Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC marque a alternativa correta.

a) O horto florestal é unidade de conservação do grupo de uso sustentável.

b) A unidade de conservação “monumento natural” só admite áreas públicas. Eventuais áreas privadas devem ser desapropriadas.

c) A área de preservação ambiental - APA se constitui de uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para o bem-estar das populações humanas, e possui como objetivo proteger a diversidade biológica, assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais e disciplinar o processo de ocupação humana.

d) Na Reserva Extrativista está proibida a exploração comercial madeireira.

e) O Novo Código Florestal considerou que a servidão ambiental perpétua equivale à Reserva de Desenvolvimento Sustentável para fins creditícios, tributários e de acesso aos recursos de fundos públicos.

**90.** Sobre a legislação florestal marque a alternativa correta:

a) Módulo rural e módulo fiscal são conceitos sinônimos.

b) Nas Áreas de Preservação Permanente, é autorizada, exclusivamente, a continuidade das atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas rurais consolidadas até 22 de julho de 2008.

c) São consideradas áreas de preservação permanentes as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d’água perenes, excluídos os intermitentes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 (cinquenta) metros.

d) São consideradas áreas de preservação permanentes as áreas em altitude superior a 1.600 (mil e seiscentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

e) O percentual de área de reserva legal, fora da Amazônia Legal, variará conforme o tipo de bioma.

**91.** Marque a alternativa correta:

- a) O Conselho de Governo é o órgão superior do SISNAMA.
- b) Os órgãos seccionais do SISNAMA são definidos pelos Municípios, e são compostos pelas entidades e órgãos municipais responsáveis pela tutela do meio ambiente.
- c) A competência normativa do CONAMA não decorre do poder regulamentar da Administração pública e pode ser entendida como decorrência do poder legislativo.
- d) Atuação supletiva é entendida como a ação do ente da Federação que auxilia o ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas em Lei Complementar.
- e) A LC 140/2011 não permite que um ente federativo delegue a execução de ações administrativas voltadas ao meio ambiente a outro ente federativo, haja vista a competência privativa de cada ente.

### **Direito Administrativo**

**92.** Acerca das entidades da Administração Indireta, assinale a alternativa correta:

- a) É defeso às agências reguladoras editar normas e regulamentos em torno da matéria por elas fiscalizada.
- b) Não é possível a aplicação de sanções pecuniárias por sociedade de economia mista, facultado o exercício do poder de polícia fiscalizatório.
- c) Conquanto os conselhos de fiscalização profissionais possuam natureza jurídica de autarquias, a eles não se aplica o regime jurídico de direito público.
- d) Não cabe mandado de segurança em face de ato praticado por dirigente de empresa estatal.
- e) Aplica-se a prescrição quinquenal do Decreto nº 20.910/32 às empresas públicas e às sociedades de economia mista que exploram atividade econômica.

**93.** Sobre a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/11), julgue as afirmativas abaixo:

- I – A competência para classificar informações no grau ultrassecreto e secreto é indelegável.
- II – Os prazos máximos de restrição de acesso à informação é de 5 anos para o grau de reservada, 15 anos para secreta e 30 anos para ultrassecreta.
- III – O prazo máximo de restrição a informações pessoais é de 100 anos contados da data da sua produção.
- IV – Investigações ou fiscalizações em andamento podem ser utilizadas como justificativa para restringir acesso a informações.

Estão corretas as seguintes:

- a) I e III;
- b) I e II;
- c) II e III;
- d) III e IV;
- e) II e IV.

**94.** Acerca dos bens públicos previstos diretamente no texto constitucional, assinale a alternativa incorreta:

- a) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União, sendo que o aproveitamento dos recursos hídricos dessas áreas somente pode se dar mediante autorização do Congresso Nacional.
- b) Ilhas oceânicas e costeiras são, via de regra, bens da União, podendo ser bens municipais quando contiverem sede de Municípios.
- c) As terras das comunidades quilombolas são tombadas pelo patrimônio histórico e, assim como ocorre com as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, são bens da União.
- d) As jazidas e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo e pertencem à União.

e) As terras devolutas não compreendidas entre aquelas que pertençam à União são bens públicos dos Estados.

**95.** Levando em consideração a legislação e a jurisprudência do STJ acerca dos atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

a) Não se aplica a Lei de Improbidade Administrativa àqueles agentes políticos que possam ser processados por crimes de responsabilidade.

b) Atos praticados com desvio de finalidade não podem ensejar a propositura de ação de improbidade administrativa, visto que devem ser objeto de apuração apenas por meio de processo administrativo.

c) O ressarcimento ao erário por ato de improbidade não está textualmente previsto na Constituição Federal como sanção pelo cometimento de ato de improbidade.

d) Por ausência de disposição expressa na Lei Federal nº 8.429/92, não é possível aplicar a pena de cassação de aposentadoria para servidor público que, no momento da sentença judicial, encontra-se aposentado.

e) A presença de indícios de cometimento de atos previstos na referida lei autoriza o recebimento da petição inicial da Ação de Improbidade Administrativa, devendo prevalecer na fase inicial o princípio do in dubio pro societate.

**96.** Sobre os mecanismos de descentralização para a prestação de serviços públicos, assinale a alternativa correta:

a) Serviços de telecomunicações podem ser delegados por meio de autorização, concessão ou permissão.

b) O serviço de transporte público municipal, que possui caráter essencial, pode ser delegado por autorização, concessão ou permissão.

c) Radiodifusão sonora e de sons e imagens somente podem ser delegados por concessão ou permissão, competindo ao Congresso Nacional outorgar e renovar a concessão ou permissão.

d) Os serviços relacionados a minérios e explorações nucleares são exclusivos da União, vedando-se qualquer tipo de delegação a particular em qualquer hipótese.

e) As permissões ou concessões outorgadas às emissoras de rádio e televisão terão prazo de 15 anos.

**97.** Acerca da Lei Federal nº 9.784/99 e do processo administrativo, julgue as seguintes afirmações e, a seguir, assinale a alternativa que contém apenas as assertivas corretas:

I – Salvo disposição legal específica, o prazo para a apresentação de recurso em face de alguma decisão administrativa é de 5 dias, contados a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

II - Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

III – Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 65 anos.

IV – Via de regra, as sanções administrativas terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer.

a) I, II e III.

b) I e IV.

c) II e III.

d) II e IV.

e) Todas estão corretas.

**98.** Em relação à responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, assinale a alternativa correta:

a) Apenas a Controladoria-Geral da União pode celebrar acordos de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos contra todos os órgãos e entidades da Administração Pública nacional.

b) As multas que podem ser aplicadas às pessoas jurídicas responsáveis pelos atos lesivos podem variar de 1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior à instauração do processo administrativo.

c) De acordo com a Lei Federal nº 12.846/13, é possível celebrar acordo de leniência diante do cometimento dos crimes de licitação previstos na Lei Federal nº 8.666/93.

d) O processo administrativo instaurado contra pessoa jurídica em função da prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira inviabiliza a existência de processo para apurar eventual infração à ordem econômica.

e) Caso a pessoa jurídica infratora descumpra o acordo de leniência, ficará ela impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 anos.

**99.** Sobre a lei geral de licitações (Lei Federal nº 8.666/93), são feitas as seguintes afirmações:

I – Apenas os recursos em face de habilitação ou inabilitação do licitante e contra o julgamento das propostas podem ter efeito suspensivo no certame.

II – Se um consórcio público realizar uma licitação, órgãos ou entidades integrantes de ente da Federação consorciado podem celebrar contratos em decorrência daquela licitação.

III – Ao rescindir um contrato unilateralmente de acordo com as hipóteses previstas na lei, a Administração está legitimada a reter pagamentos devidos ao contratado caso este tenha causado prejuízos à entidade contratante.

IV – O procedimento de pré-qualificação encontra-se previsto somente na Lei nº

12.462/11, que trata do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), não tendo previsão na Lei Federal nº 8.666/93.

Estão corretas as seguintes:

a) I, II e III;

b) II, III e IV;

c) II e III;

d) I, II e IV;

e) I e II.

**100.** De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), assinale a alternativa correta:

a) Compete ao Conselho de Gestão Fiscal a verificação dos cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada órgão e Poder.

b) Empresas estatais não dependentes não estão no campo de aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

c) A lei orçamentária anual deve vir acompanhada dos Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

d) Despesa de caráter continuado é aquela que possui duração superior a um exercício financeiro.

e) Em nenhuma hipótese poderão ser utilizados recursos públicos para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional.

**Preencha o Gabarito!**

<http://bit.ly/Simulado-TJ-RS-Juiz-01-03-20>



**Estratégia**  
Carreira Jurídica  
**Conheça nossos cursos**

**Cursos TJ-RS Juiz**